

Eu gostaria de passar aqui a propaganda, por favor. Tem outro vídeo? Então não é esse, não. Depois eu passo esse aqui.

A propaganda fala de uma polícia militar, Mecca, que eu acho que é de um outro país, uma polícia militar altamente preparada, motivada, ações especiais, deputada Monica, que, olha, dá gosto de ver.

Mas, Major Mecca, conhecendo a nossa Polícia Militar, que eu tanto admiro - ontem fui na revista geral, Coronel Telhada, no 38º Batalhão, estive lá com o coronel Friano, tenente coronel Friano, com a coronel Daniele, visitei o Batalhão, vi as necessidades do Batalhão.

Nossos policiais, nossos praças e oficiais não têm um alojamento decente para descansar. Eu deixei ali meu compromisso, não só com o comandante, mas com todos os policiais, de conseguir emendas parlamentares para construir o mínimo, para dar o mínimo, de dignidade para esses policiais.

Mas, a propaganda, Major Mecca, e no horário comercial, passando em várias emissoras de TV. Quanto será que o nosso governador não gastou nessas propagandas, talvez visando, aí, a campanha de 2022.

Então, começou cedo. Começou em 2017, na Prefeitura de São Paulo; e, agora, utiliza do seu cargo, utiliza do estado de São Paulo, para tentar se promover ao governo federal, a Brasília, ao cargo do nosso presidente Jair Messias Bolsonaro para 2022.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Obrigado, Sr. Deputado.

Pela ordem, deputada Monica.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - Gostaria de falar pelo Art. 82, pela Bancada do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental. Vossa Excelência tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pois não, deputado. Dois minutos.

O SR. MAJOR MECCA - PSL - PARA COMUNICAÇÃO - Complementando o que o deputado Gil Diniz acabou de dizer, o nobre deputado Carlos Giannazi citava agora há pouco as condições das escolas estaduais em todos os municípios do estado de São Paulo.

Nobre deputado, não diferente são as condições dos quartéis da Polícia Militar no estado de São Paulo. O deputado Gil falava no 38 Batalhão. Lá, o quartel está sendo construído com ajuda dos amigos da Polícia Militar na zona leste, pois o estado abandonou os nossos quartéis, as nossas estruturas.

Aí, nós perguntamos: quais são as prioridades do governo do estado de São Paulo? Porque não são os professores, não são os policiais, os homens e mulheres que produzem esses resultados de primeiro mundo no estado de São Paulo.

Um investimento em marketing fora do comum, passando propaganda em horário nobre na televisão. Quanto custa essa propaganda? Quanto custa isso? E o salário dos policiais e dos professores? Será que esses homens e mulheres não merecem uma atenção especial do governador que se diz ser um gestor, que não está gerindo olhando para as pessoas e está deixando à mingua seres humanos, como policiais militares?

Que, até a propaganda é real. Os homens e mulheres das forças de segurança de São Paulo estão entregando a sua vida, deixando o seu suor em solo paulista, para defender a vida do cidadão de bem. E, a prioridade é fazer marketing?

Isso é extremamente desumano e desrespeitoso, muito desrespeitoso com os nossos homens e mulheres.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputada Monica, V. Exa. tem os cinco minutos regimentais.

A SRA. MONICA DA BANCADA ATIVISTA - PSOL - PELO ART. 82 - Mais uma vez eu subo aqui para falar do incentivo a auto, ou um projeto de filantropia, de caridade do governo do estado de São Paulo com o setor automobilístico, que não cai do céu, que tem relação com uma relação do governador do estado de São Paulo com o grupo Caoa e com o favorecimento de um segmento que muito contribui para que o estado de São Paulo...

O estado de São Paulo, antes da economia, antes da situação de Segurança Pública, tem outra questão de segurança, que é a segurança da vida das pessoas por causa da causa ambiental. Os especialistas estimam que em 12 anos o município de São Paulo vai ser irrespirável, e 73% dessa poluição vêm da indústria automobilística. Ontem a gente teve uma série de debates aqui sobre o incentivo a auto, mas eu queria chamar a atenção para a operação financeira.

Que fique explícito: a gente está aqui debruçado nessa mesma semana sobre dois projetos, um que fala de emprestar bilhões para a indústria automobilística, na base da caridade, porque é doação. É doação mesmota, transferência do dinheiro público para a iniciativa privada, porque um empréstimo subsidiado cria condições, que quem tomou o empréstimo pode chegar a pagar menos do que o valor que tomou emprestado. Ou seja, é caridade, é filantropia com dinheiro público.

A gente está fazendo caridade com bilhões de dinheiro público, e ao mesmo tempo o governo do estado de São Paulo fala para a gente que vai tomar dinheiro emprestado de banco estrangeiro para o projeto de despoluição do rio Tietê e do rio Pinheiros, pagando juros, porque lá no mercado externo não tem caridade com o governo paulista.

Então, vocês... várias teorias, ontem, sobre quem se posiciona, o que, mas ninguém conseguiu adjetivar o governador João Doria e a sua, no mínimo, inabilidade com as operações matemáticas e o cálculo financeiro.

Eu poderia falar que ele é um aventureiro político que surfa nas pautas para se eleger, mas cada vez mais está se caracterizando que João Doria não passa de um lobista que está no governo do estado de São Paulo fazendo política para beneficiar os seus colegas empresários.

Outra temática que eu queria debater, hoje, é, sim, uma temática muito importante para todo mundo, que o Brasil desconhece, mas que muito se usa no terrorismo eleitoral de aventureiros políticos, como João Doria, que é o tema da Segurança Pública. O Brasil desconhece, porque nós não temos uma Segurança Pública. O público, em geral, do Brasil, nunca conheceu o direito de ir e vir com segurança para casa, nem os trabalhadores que são trabalhadores, servidores públicos policiais, nem a população periférica dos centros urbanos.

Enquanto a vida não for uma garantia irrevogável para todos; enquanto nós não tivermos esse conceito que a vida é uma garantia irrevogável para todos, todos nós estaremos com uma arma constantemente apontada para nossa cabeça. E para ganhar voto e para usar como palanque político, as pessoas têm idolatrado e cultuado a morte.

O estado do Rio de Janeiro vive um estado de guerra. Morrem todos os dias favelados. No Morro de São Paulo, mais uma criança foi alvejada por bala, e morrem todos os dias os trabalhadores, servidores públicos da Segurança Pública, que eu repito, já disse muitas vezes aqui nessa tribuna: desconhecem para si, porque não têm para si garantidos os direitos humanos. São destratados dentro da corporação, são destratados nos seus direitos trabalhistas, são destratados cotidianamente quando o estado, numa política de guerra, os coloca para morrer no morro, quando os maiores traficantes ocupam os arranha-céus e os lugares mais ricos desse País.

Não é no morro que está traficante, não, e nem é na favela que a gente vai vencer a guerra às drogas, mas se a gente precisa avançar no sentido de Segurança Pública, para além de uma mudança cultural a Bancada Ativista protocolou, semana

passada, um projeto que foi aprovado nesta Casa, mas o governador João Doria, que só usou a pauta da Segurança Pública para se eleger, a gente reprotocolou um projeto de lei que garante assistência médica e psicossocial integral aos trabalhadores da Segurança Pública: policiais, agentes penitenciários e trabalhadores da Fundação Casa.

O Fantástico mostrou, há duas semanas, que as doenças psicológicas fazem parte dos grandes males que acometem os policiais que trabalham sob forte pressão e que não têm garantia, pelo estado, essa assistência.

Por isso eu peço aqui a todos os parlamentares dessa pauta o apoio ao nosso projeto, que ainda está aberta a coautoria para quem quiser participar e ajudar a gente na aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, senhora deputada.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Pela ordem, Sr. Deputado.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS - Eu gostaria de falar pelo 82.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental. Vossa Excelência tem os cinco minutos regimentais.

O SR. APRIGIO - PODE - Sr. Presidente, só para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - É regimental, Sr. Deputado.

O SR. APRIGIO - PODE – PARA COMUNICAÇÃO - Aproveitando aqui o que a deputada está falando, do caso de o governador ou alguém proteger alguns amigos, eu queria te dizer, Monica, que lá em Taboão da Serra também acontecem essas coisas. Lá em Taboão da Serra nós temos pessoas que são secretários da prefeitura e que são empreiteiros da prefeitura, e que corre ainda um boato que ainda esse cara, a empresa do cara, é fantasma.

O Ministério Público já está investigando isso, e dizem que o prefeito ainda vai ter coragem de lançar esse cara que tem empresa fantasma para ser candidato a prefeito da cidade. Isso é abusar muito das pessoas. Isso é abusar da capacidade do ser humano e, principalmente, dos taboanenses, que não merecem um tipo de gente desses para administrar aquela cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Deputado. Deputado Altair Moraes, V. Exa. tem o tempo regimental.

O SR. ALTAIR MORAES - REPUBLICANOS – PELO ART. 82 - Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos os deputados, assessores, todos que estão aqui e nos assistem na TV Alesp.

Hoje eu quero deixar um alerta para os pais. Algo que está me chamando muita atenção, e a gente tem que se pronunciar em relação a isso. Massacre de Goyases, em Goiás: dois mortos, quatro feridos. Massacre de Suzano: 10 mortos, 11 feridos. Massacre de Realengo: foram 12 mortos e 22 feridos.

Antigamente isso acontecia dentro de nossas fronteiras. A gente tinha certo domínio, mas hoje nós vivemos em um mundo globalizado. O advento da internet tem inspirado alguns ataques e mortes às nossas crianças e jovens. Muitos pais aqui - fica um alerta para os pais - deixam os filhos diante do computador, de um tablet, de um celular, e pouco se importam com o que eles estão vendo, qual é a opinião deles, o que está passando na cabeça desses jovens e adolescentes.

Eu gostaria que os pais entendessem mais isso. Enquanto isso, a criança vai sendo bombardeada por estímulos negativos, até chegar o ponto que chegou agora. Um aluno - eu acho que vocês devem ter acompanhado - do Colégio Metodista de São Bernardo do Campo - ameação fazer com que esses massacres de Realengo, de Suzano, parecessem nada diante do que ele faria. Uma ameaça, uma ameaça clara.

Nós estamos falando de um jovem de 17 anos, de São Bernardo. Um jovem de 17 anos, isso é assustador. Estamos criando uma juventude agressiva, que quer matar, que quer destruir, e isso muito me preocupa.

Hoje eu faço 50 anos de idade, mas, como pastor, como pai, como marido, como avô, eu percebo que o ódio tem crescido a cada dia que passa na juventude, especialmente na juventude. Deixo aqui um alerta para os pais. Por favor, cuidem mais dos seus filhos. Vejam o que eles estão vendo na internet.

Como eu falei, vivemos em um mundo globalizado. As pessoas têm acesso a tudo hoje, e para que não aconteçam mais massacres como esses, eu sou totalmente contra o ódio. Eu sou a favor do que é justo, mas eu nunca peguei ódio. Ódio não.

Então, senhores pais, prestem mais atenção nos seus filhos, para que não aconteçam outras coisas, outros massacres, como têm acontecido. É só um alerta.

Obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Muito obrigado, Sr. Presidente, pelo alerta. Eu consulto os senhores deputados, tendo em vista que nós não temos mais deputados no 82, e que o assunto da sessão está encerrado, se nós podemos levantar a sessão. Pois não, deputado?

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Pela ordem. Vim pedir exatamente, havendo acordo entre os líderes, o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CORONEL TELHADA - PP - Agradeço a V. Exa. por ter feito esse pedido, então. Portanto, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária a realizar-se hoje às 19 horas. Muito obrigado a todos.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 54 minutos.

\*\*\*

## 25 DE SETEMBRO DE 2019 47ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

<b>Presidência: GILMACI SANTOS</b>
<b>RESUMO</b>
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS Coloca em discussão o PL 343/19.</p> <p>2 - TEONILIO BARBA LULA Discute o PL 343/19 (aparteadado pelo deputado Gil Diniz).</p> <p>3 - CORONEL TELHADA Discute o PL 343/19.</p> <p>4 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS Cumprimenta o deputado Altair Moraes pelo seu aniversário.</p> <p>5 - MÁRCIA LULA LIA Discute o PL 343/19 (aparteada pela deputada Professora Bebel Lula).</p> <p>6 - CONTE LOPES Para comunicação, lamenta a ocorrência em Botucatu, descrita pelo deputado Coronel Telhada. Ressalta a dificuldade em ser policial atualmente. Esclarece que os policiais foram socorrer os acidentados e foram recebidos a tiros, já que parte dos envolvidos era de criminosos. Destaca a morte de sargento da Polícia Militar.</p> <p>7 - RAFAEL SILVA Discute o PL 343/19.</p> <p>8 - PROFESSORA BEBEL LULA Discute o PL 343/19.</p> <p>9 - ERICA MALUNGUINHO Discute o PL 343/19.</p>

10 - ED THOMAS

Para comunicação, manifesta-se favoravelmente aos projetos das deputadas Valeria Bolsonaro e Leticia Aguiar. Informa ser o coordenador da Frente Parlamentar em Defesa das Apaes do Estado de São Paulo. Menciona o PL 576/09, de sua autoria, que possibilita um horário diferenciado aos servidores responsáveis por portadores de deficiências físicas ou intelectuais. Cita lei federal de 2016 que já permite o horário especial, semelhante ao projeto do deputado. Afirma que diversos estados e municípios já possuem esta jornada diferenciada, mas não o estado de São Paulo.

11 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 343/19. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 673/19 salvo emenda. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda ao PL 673/19.

12 - LETICIA AGUIAR

Para comunicação, agradece aos deputados pela aprovação do projeto. Considera que o mesmo contribuirá para a inclusão dos portadores de deficiências visuais. Apela para que os estabelecimentos comerciais participem deste movimento de inclusão. Reforça que o Governo do Estado apoia este movimento.

13 - HENI OZI CUKIER

Para comunicação, declara voto contrário ao PL 343/19, em nome da bancada do Novo.

14 - VALERIA BOLSONARO

Para comunicação, agradece a todos os deputados pela aprovação do projeto.

15 - ARTHUR DO VAL

Para comunicação, declara o seu voto contrário ao PL 343/19.

16 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Encerra a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

\*\*\*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Discussão e votação do Projeto de lei nº 343, de 2019, de autoria da nobre deputada Valeria Bolsonaro.

Para discutir contra, está inscrito o deputado Teonilio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente Gilmaci Santos, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu me inscrevi contra, deputada Valeria, mas fique tranquila que eu não vou obstruir o seu projeto. A deputada Leticia conversou comigo para saber se a gente iria obstruir, e eu falei que estão autorizados pela liderança do PT e pela minha bancada os dois projetos das duas deputadas.

Eu me inscrevi aqui, na verdade, porque ontem eu queria debater um pouco mais a questão do IncentivAuto, deputado Gil, mas o tempo ficou... Não deu para chegar a mim, então acabei não conseguindo falar. Primeiro, esse projeto do IncentivAuto, como ele está, tem um artigo, dois artigos, e o primeiro artigo com um parágrafo único que não diz nada. O decreto diz alguma coisa, mas é muito obscuro. Então, do jeito que o projeto está, nós vamos obstruí-lo, nós não vamos deixar aprovar, nós estamos trabalhando para isso.

Como eu tenho interesse nisso, em função de ter perencido ao setor automotivo, de ter trabalhado por 30 anos, eu tenho interesse de fazer uma emenda aglutinativa. Estou trabalhando em cima disso e vou apresentar para o líder do Governo, para ver se ele topa, se ele aceita discutir a emenda aglutinativa, se a gente consegue o número de assinaturas dos deputados aqui no plenário para realmente transformar o projeto em uma coisa mais razoável.

O projeto, do jeito que está, é uma carta em branco para o governo João Doria e para o Conselho do Funac, que é composto por três secretárias de governo mais o Investe São Paulo. Muito bem, é até bom que estão chegando o Sergio Victor, o Ricardo Mellão. Primeiro, quero parabenizar vocês pelo debate feito aqui ontem. Está chegando o deputado Heni. Não que eu concorde com o que vocês apresentaram, mas vocês apresentaram do ponto de vista do que vocês acreditam, de uma economia de modelo liberal. É que vocês acreditam, e está correto.

Foi uma boa apresentação do deputado Sergio Victor, do deputado Ricardo Mellão - o deputado Heni ainda não tive o prazer de ouvir - e do deputado Daniel José. Eu ainda brinquei com ele, espero que tenha entendido que eu fiz uma brincadeira, dizendo que ele tinha que ser deputado no México. Foi uma brincadeira aqui do plenário, de bom gosto. Ele também fez uma boa fala aqui ontem, já que quem acredita no liberalismo é isso. Quem acredita na economia da mão invisível do mercado é isso.

Eu, como acredito em outra coisa, me contraponho a essa ideia, mas estou aqui reconhecendo que vocês fizeram um debate à altura daquilo que vocês acreditam. Eu estava dizendo, antes de vocês chegarem, que, como o projeto está, é uma carta em branco na mão do governo e uma carta em branco na mão do Conselho do Funac. Realmente o deputado Sergio Victor, quando falou aqui... Lá no Conselho do Funac, revisado em 2013, tem um artigo, um item, um inciso que fala de fundo perdido. Para a década de 70 valia, para a década de hoje aquilo não pode valer.

Mas, voltando aqui, deputado Ricardo Mellão, deputado Daniel José - não sei se chegou a ouvir a fala -, vou começar lá em 1991. O que aconteceu em 1991 no Brasil? Tinha uma crise na indústria automotiva brasileira, que era muito restrita. Era uma indústria que tinha apenas cinco ou seis montadoras no Brasil; dominavam o mercado brasileiro.

Collor faz a abertura em 90; em 91, era isso. O setor automotivo, naquele momento, lá em 1991, ameaçava demitir 30 mil trabalhadores, no setor automotivo. Teve a ida de uma delegação nossa em Detroit, para discutir o que estava acontecendo lá em Detroit, citada aqui pelo deputado Ricardo Mellão ontem.

Detroit era uma cidade automotiva, depois abandonada em função disso. Lá nós detectamos que estava com o mesmo problema que no ABC. A produção de automóveis era no ABC e no Vale do Paraíba, não existia mais em lugar nenhum. Então, nós já entendemos que tinha que buscar outra alternativa. Foi quando nós construímos, deputado Aprigio, o primeiro acordo emergencial da indústria automotiva no Brasil, que foi em março de 91, que valeu por três meses. Foi março, abril e maio. Aí renovamos o acordo - junho, julho e agosto - por mais três meses. Depois, renovamos o acordo novamente, seguindo o restante do ano.

O dizia o acordo na época? Garantir a manutenção do nível de emprego, reposição da inflação, a média entre Fipe e Dieese, de 80% da inflação, incorporava o salário. A inflação era muito alta, e manutenção do nível de emprego. Aliás, coisa que, no decreto aqui, quando fala de 400 novas contratações, não fala em manutenção do nível de emprego. Uma empresa pode demitir 400, contratar 400 e falar que está atendendo ao quesito de um bilhão de reais.

Então, nós fizemos esse acordo. Em 92, nós fizemos um acordo que valeria por 30 meses. O acordo previa a manutenção do nível de emprego no setor automotivo, e era para o setor automotivo, somada indústria, montadora, mais as indústrias de autopeças, que envolvia mais de 400 mil trabalhadores no Brasil, naquela época. Hoje, esse número é menor.

O SR GIL DINIZ - PSL - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputado Barba, só para questionar o senhor, no sentido da aglutinativa, que o senhor disse que está tentando construir junto ao líder do Governo. O que tem que mudar no projeto do Governo? O que o senhor acha que pode ser melhorado?

Segundo questionamento: quando nós votamos aqui a desoneração na questão do combustível, o senhor foi um dos que subiram à tribuna para criticar, dizendo que nós dávamos dinheiro para milionário, para bilionário. Nesse sentido, parece-me que vai beneficiar um setor que também tem muito dinheiro, empresários que têm muito, mas muito dinheiro. Então, só queria que o senhor explicasse essa diferença para a gente, por favor.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - Boa pergunta. Eu agradeço, deputado. Vou guardá-la bem para o finalzinho da minha fala. Pode ser? Tudo bem?

Então, quando foi em 92, nós fizemos um acordo, e o acordo era por 30 meses. Tinha uma cláusula de salvaguarda, dizendo que o acordo só mudava se acontecesse alguma mudança econômica no País, e a mudança econômica que aconteceu foi a questão da criação da URV, depois transformada em real.

Então, o acordo foi desmanchado em função disso, mas era um acordo que tinha 30 meses, previa a reposição da inflação mensal, um aumento real nas datas-bases, que naquela época era abril, de 6,21 durante 30 meses, em três vezes, o que dava 20% de aumento real, fora a reposição da inflação em todo esse período. Veio a URV e acabou com o acordo.

Então, esse foi um resultado da mudança da criação do Plano Real, da URV depois transformada em Plano Real. Depois, nós fizemos vários outros acordos dentro do setor automotivo, em alguns momentos de crise. Aí quando chegou 2011, deputado Gil Diniz, num estudo que nós fizemos, num debate com a indústria de autopeça, a indústria de autopeça vinha em um déficit, na relação da balança comercial crescente.

Começou lá com 500 milhões, aí virou dois, três bilhões, quatro bilhões, cinco bilhões. Passou de dez bilhões de dólares o déficit da balança comercial do que o Brasil importava de peças em relação ao que nós vendíamos de peça. Esse era o resultado. Em função disso, nós entendemos que o setor de autopeças, os trabalhadores seriam demitidos.

Em função disso, nós montamos o plano de discutir o Inovar-Auto e fomos discutir com o setor de autopeças mais a indústria das montadoras, mais as montadoras do País. E ali no governo da presidenta Dilma, nós criamos realmente o programa chamado Programa Inovar-Auto. Esse programa começa com um acordo bilateral entre México e Brasil. Todo mundo com medo da China, mas a China estava aqui ao nosso lado, que era o México.

O México é quem tem menor custo de produção na América Latina e nas três Américas. Portanto, nós importávamos os carros do México porque o custo de produção de uma unidade igual ao New Fiesta, deputado Aprigio, fabricado até recentemente no Brasil, ele no México custava 558 dólares o custo de produção de uma unidade, enquanto custava 1.278 para fazer no Brasil.

Estou dizendo que fui eu que discuti e que negocieei isso, em nome do sindicato, com um grupo de companheiros dentro da Ford para reduzir essa diferença de 1.278 para 778 dólares. Uma negociação realizada no dia 3 de março de 2011 até novembro de 2011, aprovado na porta da fábrica o acordo. E nós então fizemos esse acordo primeiro, acordo bilateral México e Brasil.

O México poderia exportar para o Brasil até quase 1 bilhão e 500 milhões de dólares e tinha que assumir o mesmo acordo que comprava a mesma coisa do Brasil. Na época, esse foi o acordo que valia para até 31 de dezembro de 2017. E aí depois entrou o acordo da construção do veículo, da fabricação do veículo. Eu repito aqui: o Brasil não é fabricante de veículos.

O Brasil é um montador de veículos e a ideia nossa dentro do programa era transformar o Brasil num construtor de veículos, num fabricante de veículos. Então, tudo isso nós estamos olhando ali dentro para fazer o debate. Aí esse acordo se encerrou dia 31 de dezembro de 2017.

A partir de 1º de janeiro de 2018, vale o acordo Rota 2030 que está longe do que foi o acordo do Inovar-Auto, tem dados do anuário da Anfavea, que é a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos, do resultado positivo do que foi o período que durou o Inovar-Auto.

Respondendo à pergunta do deputado Gil Diniz. O que diz o projeto? O projeto não diz nada. Primeiro, não fala em ICMS, dito aqui pelo Ricardo Mellão ontem. Não sei se o deputado Douglas Garcia falou também ou não. Não diz nada sobre ICMS. Só no cabeçalho do decreto é que fala de ICMS.

Ele fala do Funac, onde tem lá algo em torno de 600 milhões de reais, que é dinheiro pra caramba, para poder financiar a produção, criado lá em 1970. Primeiro, o que nós temos que mudar? Quais são as contrapartidas das montadoras para acessar o Funac?

Hoje, a contrapartida fala em três coisas: a aplicação do recurso integral no território paulista; contratação de 400 novos postos de trabalho; e investimento de um bilhão de reais. Primeiro, um bilhão de reais, quem trabalhou numa empresa grande vai entender isso. Nenhuma empresa investe um bilhão hoje de uma vez. Você planeja para investir um bilhão na fase de um ano, um ano e meio a médio e longo prazo.

Não se investe um bilhão de uma vez. Então, por exemplo, o que eu estou tentando trabalhar é para reduzir esse piso para onde? Para 100 milhões. Mas para um bilhão são 400 contratações, mas se investem 100, quase 40 contratações, se eu for usar a proporcionalidade.

Então, quero trabalhar em cima disso. Segunda coisa. Primeiro, vale a partir da manutenção do nível de emprego, o que significa que se a empresa tem 1.000 trabalhadores hoje e ela for investir um bilhão, ela vai ter que contratar quatrocentos. Ela vai ter que ter 1.400 trabalhadores. No decreto tem uma pegadinha. Isso não está garantido. Uma empresa pode demitir 400, e vai repondo. Demite 100, repõe cem. Vai fazendo turnover para poder fazer valer o benefício. Então essa é a segunda coisa, deputado Gil, que estamos tentando mexer.

A terceira coisa, deputado Gil, respondendo a sua pergunta, que estamos tentando mexer, é que no decreto essas coisas, que vou citar aqui agora, por exemplo, inovação tecnológica, é uma questão importante. Que é um dos problemas gravíssimos do Brasil. O Brasil tem pouco investimento em desenvolvimento tecnológico. Quero rever isso no projeto.

Pesquisa e desenvolvimento. Isso é muito importante ter no projeto. O projeto não tem isso. Quem leu o decreto, vê que não tem nada disso lá dentro. Então isso é muito importante. Ferramentaria e engenharia, que são áreas técnicas e sempre foram o suporte das grandes indústrias, e que as suas matrizes utilizam lá fora. Todas as matrizes das multinacionais, toda a área de tecnologia, está colocada lá fora.

Terceira coisa, atendendo um pedido da minha amiga e companheira, deputada Mônica Seixas. A questão da energia renovável, energia limpa, combustível limpo. Nós, no estado de São Paulo, por exemplo, somos um grande produtor de cana. O etanol é uma energia renovável e limpa. O carro híbrido também é uma energia renovável e limpa. Então, estamos tentando ver se a gente consegue isso.

O mundo está caminhando para isso. Não estamos falando aqui, ainda, do carro movido à molécula de hidrogênio. Estamos falando aqui do carro com energia do combustível com base no etanol.

Só um minutinho, presidente, para eu poder encerrar aqui. E mais esse detalhe. Tem mais alguns outros detalhes. Depois posso te mandar. Vou mandar para você a proposta. Tem cinco ou seis itens, a proposta, para o senhor poder dar uma apreciada. Então, essa é uma questão do que estou discutindo aqui.